



ADVOCACIA

# Advogados estão “realistas” para 2023 e aguardam negócios nas infraestruturas

Os líderes das sociedades também preveem que os clientes mantenham os investimentos em empresas e ativos relacionados com sustentabilidade ambiental, social e corporativa durante o próximo ano.

MARIANA BANDEIRA  
mbandeira@medianove.com

Poucos são os sócios e líderes das principais sociedades em Portugal que se comprometem com o termo “otimismo” perante o próximo ano, mas também não falam em pessimismo para o negócio da assessoria jurídica. “Não estamos negativos em relação a 2023, estamos antes realistas”, sintetiza Bruno Ferreira, *managing partner* da PLMJ, ao Jornal Económico (JE). Como o ano de 2021 foi histórico para as transações – só em Portugal foram mais de 500 no valor de

19,2 mil milhões de euros – este ano “seria irrealista pensarmos que se repetiria, pelo menos com a mesma intensidade”, segundo Bruno Ferreira. A lógica será a mesma para os próximos meses: um semestre de incerteza e na segunda metade de 2023 recuperação, também à boleia do contexto macroeconómico.

“Vamos seguramente continuar a assistir a uma aposta na transição por parte de grandes *players* no petróleo e gás, efervescência nas energias renováveis, crescimento do sector da saúde e de tudo o que diga respeito à transição digital e, na segunda metade de 2023, uma

**“Os chineses têm uma maldição antiga: «Que vivas em tempos interessantes». 2023 será certamente um «tempo interessante», mas devemos encará-lo como oportunidade e não como maldição**

retoma mais global e *cross-sector*, destacando-se aí, certamente, o investimento em infraestruturas”, diz o *managing partner* da PLMJ. “A assessoria jurídica, sobretudo quando falamos dos grandes escritórios, não é especialmente nem historicamente pro-cíclica. Significa isto que pode alterar-se um pouco a composição do mix de trabalho que prestamos, mas não há uma reação, nem imediata nem direta, a contextos macroeconómicos mais adversos como este”, garante Bruno Ferreira, que é sócio nas áreas de Bancário e Financeiro e de Mercado de Capitais.

Para José Luís Arnaut, *mana-*

*ging partner* da CMS Rui Pena & Arnaut, não é bem assim. “O sector da advocacia, como qualquer outro, não é uma ilha, pelo que estará sempre, para o bem e para o mal, condicionado pelo ciclo económico em que vivemos”, defende. Na sua opinião, este cenário, marcado pela guerra na Ucrânia e espiral inflacionária, gera prudência na hora de antecipar o futuro, embora se vislumbre positivo. Em declarações ao JE, José Luís Arnaut assinala ainda o Direito do Laboral e das reestruturações, o Contencioso e a Arbitragem como focos para o ano que agora vai arrancar.



### Sustentabilidade e infraestruturas

Paula Gomes Freire, *managing partner* da VdA, crê que as atenções dos clientes estarão viradas para investimentos em ativos e empresas que integrem e cumpram critérios ESG (*Environmental, Social e Governance*), bem como para objetivos de *investment grade* (nível de investimento). No balanço, espera um mercado "bastante competitivo e dinâmico", onde haverá continuarão "operações de aquisição e concentração, tanto de natureza estratégica como mais oportunística". "Na ordem do dia estará também a capacidade de atração e retenção de talento pelo que antecipo uma (muito positiva e mais disseminada) preocupação crescente com as pessoas e com o desenvolvimento do seu potencial", destaca.

Filipe Lowndes Marques, sócio da Morais Leitão, alerta para a incerteza que acarreta 2023, uma vez que a guerra continua e ainda estarão por medir os efeitos do fim da política zero-Covid na China. "Estou, no entanto, otimista que não obstante estes fatores o panorama económico português continuará a oferecer oportunidades de negócio para investidores nacionais e estrangeiros. O sector imobiliário e turístico continua a crescer e a atrair investidores e o das energias renováveis tem no *pipeline* muitos projetos fotovoltaicos resultantes

dos leilões dos últimos anos", argumenta. A seu ver, a jurisdição portuguesa continuará a ser vista como atrativa para as novas tecnologias, entre as quais estão as *fin-techs* e *blockchain*. Ademais, espera-se o fim de concessões rodoviárias e o eventual regresso dos grandes projetos de infraestruturas nacionais, nomeadamente o início de construção do novo hospital de Lisboa, o TGV, a fábrica de lítio de Setúbal e quicá o aeroporto. "Diz-se, provavelmente apocrifamente, que os chineses têm uma maldição antiga: «Que vivas em tempos interessantes». 2023 será certamente um «tempo interessante», mas devemo-lo encarar não como maldição, mas sim como oportunidade", afiança.

O *managing partner* da Cuatrecasas em Portugal admite estar otimista, até porque a partir de domingo, dia 1 de janeiro, terá um reforço de peso: os sócios e profissionais da SLCM - Serra Lopes, Cortes Martins deixam de ser vizinhança do Marriott e da Maló Clinic para se juntarem ao escritório da Avenida Fontes Pereira de Melo. "A nossa profissão tem dado, ao longo dos anos, provas de uma enorme maturidade e resiliência, adaptando-se às circunstâncias do mercado e às necessidades dos nossos clientes, pelo que estas incertezas poderão ter impacto na natureza do nosso trabalho, mas não necessariamente no resultado global da atividade da firma, que se espera positivo", afirma Nuno Sá Carvalho, sem grandes compromissos, dado que há exatamente um ano olhou para 2022 com "enorme cautela" e expectativa de abrandamento ainda da pandemia e acabou por ser "excelente" para a atividade.

Já Inês Sequeira Mendes, *managing partner* da Abreu, descarta balizar as previsões em otimismo ou pessimismo, optando por assegurar que a advocacia está "bem preparada" para responder à adversidade e imprevisibilidade – ou seja, resiliência. "O aumento dos custos de funcionamento e de produção deverá refletir-se em áreas como as de M&A e reestruturação e insolvência que deverão manter uma atividade elevada. A dupla transição [digital e energética] implica capacidade das empresas de se adaptarem às novas exigências. A área de Infraestruturas poderá registar um importante crescimento, à medida que os mais de 16 mil milhões de euros do PRR [Plano de Recuperação e Resiliência] sejam alocados e a de Energia, sobretudo das renováveis, deverá assumir uma relevância ainda maior", prevê, em linha com Filipe Lowndes Marques.

Um cenário igualmente visionado por João Miranda de Sousa, sócio responsável pelos escritórios da Garrigues em Portugal: "A preocupação das empresas pelo cumprimento das exigências ESG traduzir-se-á num incremento de solicitações. Os fundos europeus continuarão a ser aplicados, mobilizando e impulsionando projetos e iniciativas de varia índole que precisarão de acompanhamento jurídico". ■



ADVISORY

# 30

Advogados estão  
"realistas" para 2023  
e aguardam negócios  
nas infraestruturas

